



Demonstrações Financeiras
1 Semestre/2021



Balanço Patrimonial.....	3
Demonstrações de Sobras ou Perdas Acumulado.....	5
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	7
Notas Explicativas.....	10

Balço Patrimonial

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		424.367.061,72	394.505.178,12
DISPONIBILIDADES		1.631.328,64	2.090.501,86
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		422.591.336,99	396.711.868,91
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		80.894.989,83	68.331.070,49
Títulos e Valores Mobiliários		-	-
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Relações Interfinanceiras		157.273.325,42	133.285.078,65
Centralização Financeira		157.273.325,42	133.285.078,65
Repasse Interfinanceiros		-	-
Outras Relações Interfinanceiras		-	-
Relações Interdependências		-	-
Operações de Crédito		184.070.149,93	194.833.966,00
Outros Ativos Financeiros		352.871,81	261.753,77
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(15.276.877,29)	(18.567.789,49)
(-) Operações de Crédito		(15.158.264,84)	(18.495.658,90)
(-) Outras		(118.612,45)	(72.130,59)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		78.991,54	64.344,30
OUTROS ATIVOS		2.111.898,37	1.783.593,67
INVESTIMENTOS		11.176.993,25	10.576.659,99
IMOBILIZADO DE USO		4.091.826,04	3.762.101,35
DIFERIDO		-	-
INTANGÍVEL		330.497,10	327.607,10
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(2.058.605,31)	(1.935.621,20)
(-) PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(310.327,61)	(308.088,37)
TOTAL DO ATIVO		424.367.061,72	394.505.178,12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		424.367.061,72	394.505.178,12
DEPÓSITOS		164.798.053,15	136.817.510,64
Depósitos à Vista		59.203.127,75	43.282.827,46
Depósitos Interfinanceiros		-	-
Depósitos Sob Aviso		9.970.220,84	9.847.806,99
Depósitos a Prazo		95.624.704,56	83.686.876,19
Outros Depósitos		-	-
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		97.354.184,32	93.179.214,63
Obrigações por Operações Compromissadas		-	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		40.245.262,26	27.928.268,36
Relações Interfinanceiras		57.033.772,68	65.250.567,49
Centralização Financeira - Cooperativas		-	-
Repasse Interfinanceiros		57.033.772,68	65.250.567,49
Outras Relações Interfinanceiras		-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-
Outros Passivos Financeiros		75.149,38	378,78
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
PROVISÕES		2.401.969,69	2.359.336,67
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		324.312,07	385.400,34
OUTROS PASSIVOS		8.593.059,00	14.670.820,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		150.895.483,49	147.092.894,90
CAPITAL SOCIAL		27.281.730,50	26.968.208,78
RESERVAS DE CAPITAL		-	-
RESERVAS DE SOBRAS		118.788.683,51	118.788.683,51

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.825.069,48	1.336.002,61
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	424.367.061,72	394.505.178,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas Acumulado

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.526.702,29	19.058.950,55
Operações de Crédito		12.713.823,63	15.733.358,66
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.903.208,80	477.986,73
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		909.669,86	1.319.364,85
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	1.528.240,31
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(4.003.651,56)	(9.184.063,70)
Operações de Captação no Mercado		(1.709.155,10)	(2.039.073,37)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2.009.078,34)	(2.755.681,95)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		-	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(285.418,12)	(4.389.308,38)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.523.050,73	9.874.886,85
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.942.624,93)	(4.082.261,07)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços		524.737,82	847.288,04
Rendas de Tarifas		1.283.507,10	1.286.257,92
Dispêndios e Despesas de Pessoal		(4.826.772,93)	(4.539.894,65)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas		(4.013.121,05)	(2.946.728,16)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(107.745,77)	(115.338,98)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		1.879.860,54	2.058.668,39
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais		(683.090,64)	(672.513,63)
PROVISÕES		(42.633,02)	(5.003,29)
Provisões/Reversões para Contingências		-	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(42.633,02)	(5.003,29)
RESULTADO OPERACIONAL		5.537.792,78	5.787.622,49
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		7.484,24	4.160,96
Lucros em Transações com Valores e Bens		22.428,21	3.336,80
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-
Ganhos de Capital		5.056,03	3.290,16
Rendas de Aluguel		-	-
Reversão de Provisões Não Operacionais		-	-
Outras Rendas Não Operacionais		-	-
(-) Perdas de Capital		-	(2.466,00)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	-
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(20.000,00)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.545.277,02	5.791.783,45
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(7.899,49)	(86.828,98)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(3.664,13)	(49.724,22)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(4.235,36)	(37.104,76)
Ativo Fiscal Diferido		-	-

PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(465.404,06)	(397.302,25)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	5.071.973,47	5.307.652,22
JUROS AO CAPITAL	(246.903,99)	(469.091,22)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.825.069,48	4.838.561,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.545.277,02	5.791.783,45
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		-	-
Distribuição de Sobras e Dividendos		(212.185,83)	(169.788,62)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		285.418,12	4.389.308,38
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		42.633,02	5.003,29
Destinações de Sobras		-	-
Provisões/Reversões Não Operacionais		-	-
Provisões/Reversões para Contingências		-	-
Atualização de Depósitos em Garantia		-	-
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado		-	-
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Intangível		(310.327,61)	(305.969,53)
Depreciações e Amortizações		-	-
Outros Ajustes		-	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		5.350.814,72	9.710.336,97
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(12.563.919,34)	(8.285.612,02)
Títulos e Valores Mobiliários		-	90.325.842,03
Relações Interfinanceiras		-	-
Relações Interdependências		-	-
Operações de Crédito		7.226.024,56	(8.648.335,88)
Outros Ativos Financeiros		(129.656,85)	(309.893,67)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(14.647,24)	11.251,92
Outros Ativos		(328.304,70)	(795.081,39)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		15.920.300,29	19.315.569,73
Depósitos Interfinanceiros		-	-
Depósitos sob Aviso		122.413,85	169.022,72
Depósitos a Prazo		11.937.828,37	18.981.573,36
Outros Depósitos		-	-
Obrigações por Operações Compromissadas		-	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		12.316.993,90	3.887.550,24
Relações Interfinanceiras		(8.216.794,81)	(577.817,00)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-
Outros Passivos Financeiros		74.770,60	(8.223,62)
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
Provisões		-	13.176,83
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(61.088,27)	(106.744,52)
Outros Passivos		(6.790.069,99)	(4.657.928,15)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-
Outras Destinações		-	-
Imposto de Renda		(3.664,13)	(49.724,22)
Contribuição Social		(4.235,36)	(37.104,76)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		24.836.765,60	118.937.858,57
Atividades de Investimentos			

Distribuição de Dividendos	3.856,23	10.214,09
Distribuição de Sobras da Central	208.329,60	159.574,53
Distribuição de Sobras da Confederação	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	-
Alienação de Investimento	-	-
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-
Aquisição de Intangível	309.676,85	309.191,28
Aquisição de Diferido	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(206.740,58)	(192.840,38)
Aquisição de Investimentos	(600.333,26)	(218.777,06)
Outros Ajustes	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(285.211,16)	67.362,46

Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	764.279,87	949.107,87
Devolução de Capital à Cooperados	(1.021.277,65)	(402.992,17)
Estorno de Capital	-	-
Distribuição de sobras para associados	(765.483,11)	-
Juros sobre o Capital Próprio Líquido	-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-
Aumento no capital por incorporações	-	-
Aumento nas reservas por incorporações	-	-
Sobras/Perdas por incorporações	-	-
Reversões de Reservas	-	-
Reversões de Fundos	-	-
Aumento aportes em reserva estatutária	-	-
Outros Eventos/Reservas	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(1.022.480,89)	546.115,70

AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.529.073,55	119.551.336,73
---	----------------------	-----------------------

Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	135.375.580,51	7.171.272,20
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	158.904.654,06	126.722.608,93
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	23.529.073,55	119.551.336,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.071.973,47	5.307.652,22
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		-	-
Outros eventos que podem ser reclassificados para o Resultado		-	-
Efeito tributário		-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o Resultado			
Outros eventos que não podem ser reclassificados para o Resultado		-	-
Efeito tributário		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.071.973,47	5.307.652,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

COOPERATIVA DE CREDITO COOCRELIVRE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO COOCRELIVRE - SICOOB COOCRELIVRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **31/10/1984**, filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOCRELIVRE**, sediado à Rua Hum, nº 518- Centro – Orlandia - SP, possui **11** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO JOAQUIM DA BARRA - SP, ORLÂNDIA - SP, ITUVERAVA - SP, MORRO AGUDO - SP, GUAÍRA - SP, SALES OLIVEIRA - SP, IPUÃ - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP, MIGUELÓPOLIS - SP, IGARAPAVA - SP.**

O **SICOOB COOCRELIVRE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 30/08/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO COOCRELIVRE junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Em relação ao gerenciamento de riscos e de capital:

- (i) O Centro Cooperativo Sicoob - CCS, desde julho de 2020, visando auxiliar na gestão e orientação na tomada de ações em decorrência da crise econômica gerada pelo COVID-19, disponibiliza mensalmente

arquivos contendo simulações de impacto nas provisões, liquidez e capital, considerando os efeitos dessa crise. As projeções são analisadas pela área de Controles Internos e Risco e pelo CRO da Cooperativa e acompanhadas mensalmente pela Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal; e

- (ii) Análise e testes de estresse de capital, liquidez e crédito, referente aos setores afetados pela pandemia, formalizadas pela Diretoria de Risco e deliberadas pela Diretoria Executiva (Colegiado) e Conselhos.
Em relação ao crédito:
- (i) Liberação de linhas de crédito específicas e voltadas aos setores Cenário Socioeconômico, com taxas e prazos especiais;
- (ii) Foi disponibilizado a linha Pronampe para ajudar as Microempresas e empresas de pequeno porte, linha disponibilizada pelo governo; e
- (iii) Prorrogações de parcelas adimplidas de operações de crédito de acordo com legislação cabível e resolução do Bacen.

Ações Administrativas:

- (i) Instituição de Comitê Informativo e de Apoio a COVID 19, com objetivo de centralizar e padronizar as informações, dar suporte aos colaboradores quanto aos procedimentos laborais, de funcionamento de agências, medidas protetivas relacionadas a funcionários, associados e público em geral; e.
- (ii) Adoção de medidas de prevenção à disseminação do Covid-19 em todas as dependências da cooperativa, com protocolos sanitários de higienização e distanciamento social.

Em relação à solidez da Cooperativa:

- (i) Realização de reclassificação de nota de risco de cooperados com operação prorrogada e/ou renegociada (Resolução CMN nº 4.782/2020), que apresentaram indícios de piora da capacidade creditícia detectada pelos modelos de gestão de risco do Sicoob.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB SP** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a

seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	1.631	2.091
Aplicações interfinanceiras de liquidez	80.895	68.331
Relações interfinanceiras - centralização financeira	157.273	133.285
TOTAL	239.800	203.707

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 30 de junho de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.903	478

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BANCOOB	80.275	619	67.719	612
TOTAL	80.275	619	67.719	612

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração entre 100% e 101% do CDI.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimo e Títulos Descontados	59.282	64.158	123.441	58.876	67.051	125.927
Financiamentos	458	614	1.072	432	655	1.087
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	54.422	5.136	59.557	55.672	12.148	67.820
Total de Operações de Crédito	114.162	69.908	184.070	114.980	79.854	194.833
(-) Provisões para Operações de Crédito	-4.861	-10.297	-15.158	-8.076	-10.420	-18.496

TOTAL	109.301	59.611	168.912	106.905	69.434	176.338
--------------	----------------	---------------	----------------	----------------	---------------	----------------

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	16.857	0	18.560	35.417		38.818	
A	0,5%	Normal	27.125	455	25.477	53.058	(265)	79.577	(398)
B	1%	Normal	35.388	344	11.944	47.675	(477)	21.893	(219)
B	1%	Vencidas	47	0	0	47	0	15	0
C	3%	Normal	24.380	99	2.197	26.675	(800)	27.574	(827)
C	3%	Vencidas	478	0	0	478	(14)	270	(8)
D	10%	Normal	1.596	113	1.381	3.089	(309)	5.699	(570)
D	10%	Vencidas	161	0	0	161	(16)	2.660	(266)
E	30%	Normal	4.371	49	0	4.420	(1.326)	567	(170)
E	30%	Vencidas	57	0	0	57	(17)	1.200	(360)
F	50%	Normal	578	0	0	578	(289)	794	(397)
F	50%	Vencidas	1.448	12	0	1.460	(730)	609	(305)
G	70%	Normal	96	0	0	96	(67)	149	(105)
G	70%	Vencidas	37	0	0	37	(26)	460	(322)
H	100%	Normal	7.450	0	0	7.450	(7.450)	8.275	(8.275)
H	100%	Vencidas	3.371	0	0	3.371	(3.371)	6.274	(6.274)
Total Normal			117.841	1.060	59.557	178.458	(10.983)	183.346	(10.960)
Total Vencidos			5.600	12	0	5.612	(4.175)	11.488	(7.535)
Total Geral			123.441	1.072	59.557	184.070	(15.158)	194.834	(18.496)
Provisões			(14.667)	(41)	(451)	(15.158)		(18.496)	
Total Líquido			108.774	1.031	59.107	168.912		176.338	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimo e Título Descontado	18.420	40.863	64.158	123.441
Financiamentos	110	348	614	1.072
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.065	32.357	5.136	59.557
TOTAL	40.595	73.568	69.908	184.070

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	5.196	29	0	5.226	3%
Setor Privado - Indústria	2.393	0	0	2.393	1%
Setor Privado - Serviços	49.254	552	0	49.807	27%
Pessoa Física	66.048	505	59.002	125.555	68%
Outros	628	0	555	1.183	1%
TOTAL	123.518	1.087	59.557	184.162	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	18.496	13.176
Constituições/Reversões no período	238	7.664
Transferência para Prejuízo no período	(3.576)	(2.344)
Saldo Final	15.158	18.496

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	8.768	5%	7.827	4%
10 Maiores Devedores	55.398	30%	50.294	26%
50 Maiores Devedores	130.398	71%	132.212	68%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	10.402	9.282
Valor das operações transferidas no período	3.576	2.344
Valor das operações recuperadas no período	(328)	(1.224)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(130)	-
Saldo Final	13.520	10.402

7. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB SP** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	11.038	10.441
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	135	131
Outras Participações	4	4
TOTAL	11.177	10.577

8. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		3	250
Instalações	10%	928	821
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.992	1.677
Sistema de Comunicação	20%	21	21
Sistema de Processamento de Dados	20%	752	613
Sistema de Segurança	10%	295	279
Sistema de Transporte	20%	100	100
Total de Imobilizado de Uso		4.092	3.762
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(554)	(533)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.455)	(1.359)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(50)	(43)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.059)	(1.936)
TOTAL		2.033	1.826

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

9. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
-----------	------------	------------

Sistemas De Processamento De Dados	31	28
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	300	300
Total de Intangível	330	328
(-) Redução Ao Valor Recuperável De Ativos Intangíveis	(310)	(308)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(310)	(308)
TOTAL	20	20

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à vista	59.203	0	43.283	0
Depósito sob aviso	9.970	0	9.848	0
Depósito a prazo	95.625	0	83.687	0
TOTAL	164.799	0	136.817	0

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	27.255	17%	25.911	19%
10 Maiores Depositantes	68.372	42%	61.852	46%
50 Maiores Depositantes	119.629	74%	99.560	74%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(125)	(169)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.052)	(1.168)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(333)	(591)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(63)	0
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(136)	(111)
TOTAL	(1.709)	(2.039)

11. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	8.812	-	984	-

Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	31.433	-	26.945	-
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras - LF	-	-	-	-
Total	40.245	-	27.929	-

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 10.b - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

12. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos Bancoob			51.648	5.385	54.327	10.924

13. Provisões

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	22.658	25.371

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	338	-	338	-
PIS FOLHA	-	-	-	-
COFINS	1.824	-	1.824	-
Trabalhistas	-	-	-	-
Outras Contingências	1	-	1	-
Total	2.163	-	2.163	-

(B) Refere-se provisão para riscos fiscais (contingências), no valor de R\$ 2.163 (R\$ 2.163 em 2020), suporta o processo administrativo que pleiteia a compensação do PIS e da COFINS, recolhidos no período de novembro de 1999 a dezembro de 2004, amparado no artigo 30 da Lei nº 11.051/2004. Esse valor foi integralmente compensado com a CPMF devida em exercícios anteriores a 2008. A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu no exercício de 2009 carta de cobrança, todavia, a Cooperativa através dos seus representantes legais, impetrou recurso voluntário perante ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em Brasília DF, onde o recurso aguarda julgamento. Na opinião dos assessores jurídicos da Cooperativa, a possibilidade caso de insucesso do recurso, ainda cabe discussão judicial por iniciativa da Cooperativa.

A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial de natureza cível, no montante de R\$ 14 mil em 30 de junho de 2021, classificada pelos seus assessores jurídicos como perda possível, sobre as quais a administração da Cooperativa optou, com base em experiências anteriores, em não constituir nenhuma provisão.

14. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Imposto e Contribuições s/ lucro	1	0	0	0
Impostos e Contribuições s/ serviços de terceiros	32	0	28	0
Impostos e Contribuições s/ salário	286	0	317	0
Outros	6	0	40	0
TOTAL	325	0	385	0

15. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	6.336	-	5.777	-
Cheques Administrativos	-	-	7.070	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.600	-	1.365	-
Credores Diversos - País	653	-	459	-
Rendas Antecipadas	3	-	-	-
Total	8.592	-	14.671	-

16 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	3.050	-	3.373	-
Cotas de Capital a Pagar	2.574	-	1.910	-
Provisão para Participações nas Sobras	465	-	494	-
Provisão para Juros ao Capital Próprio	247	-	-	-
Total	6.336	-	5.777	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	27.282	26.968
Associados	8.278	7.865

b) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação integral das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** aos associados, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	48	182
Rendas de Empréstimos	9.111	10.869
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	924	1.510
Rendas de Financiamentos	87	98
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	104	291
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	780	2.233
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.292	371
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	0	35
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	368	145
TOTAL	12.714	15.733

20. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas De Captação	(1.709)	(2.039)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.009)	(2.756)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	5.122	2.411
Reversões de Provisões para Outros Créditos	36	23
Provisões para Operações de Crédito	(5.322)	(6.641)
Provisões para Outros Créditos	(121)	(182)
TOTAL	(4.004)	(9.184)

21. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	299	326
Rendas de Garantias Prestadas	8	18
Rendas de Outros Serviços	218	503
TOTAL	525	847

22. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	336	299
Rendas de Serviços Prioritários - PF	122	139
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	22	2
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	804	847
TOTAL	1.284	1.286

23. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(55)	(58)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(640)	(548)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(823)	(752)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(942)	(847)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.350)	(2.322)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(17)	(12)
TOTAL	(4.827)	(4.540)

24. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(95)	(75)
Despesas de Aluguéis	(588)	(462)
Despesas de Comunicações	(195)	(186)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(861)	(228)
Despesas de Material	(47)	(44)
Despesas de Processamento de Dados	(299)	(260)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(11)	(23)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(145)	(102)
Despesas de Seguros	(31)	(17)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(326)	(347)
Despesas de Serviços de Terceiros	(51)	(48)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(524)	(472)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(431)	(298)
Despesas de Transporte	(118)	(133)
Despesas de Viagem no País	(34)	(43)
Outras Despesas Administrativas	(126)	(77)
Emolumentos judiciais e cartorários	(36)	(58)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(96)	(72)
TOTAL	(4.013)	(2.947)

25. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	20	55
Dividendos	4	10
Distribuição de sobras da central	208	160
Rendas de repasses Del Credere	102	18
Outras rendas operacionais	1.200	753
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	346	594
TOTAL	1.880	1.590

26. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	22	3
Ganhos de Capital	5	3
(-) Perdas de Capital	0	(2)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(20)	0
Resultado Líquido	7	4

27. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de **2021**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
PR. Vínculo de Grupo Econômico	21	0,01	1
PR. Sem Vínculo de Grupo Econômico	7.263	4,82	40

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	12	3	0,58
Financiamento	83	8	7,65
Crédito Rural	555	2	0,93
Empréstimo	105	0	0,09

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósito a Vista	222	0,38	0
Depósito a Prazo	2.685	2,54	0,29

c) No primeiro semestre de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021 (R\$)			
Descrição	30/06/2021	30/06/2020	

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO COOCRELIVRE - SICOOB COOCRELIVRE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB SP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB SP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOCRELIVRE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB SP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o **SICOOB SP**:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	157.273	124.422
Ativo - Investimentos	11.038	10.116
Total das Operações Ativas	168.311	134.538
Passivo - Repasses Interfinanceiros	-	-
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-
Total das Operações Passivas	-	-

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas

operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Índice de Basileia	44,88%	44,21%

ORLÂNDIA-SP, 30 DE AGOSTO DE 2021.

RODOLFO LOMBARDI ARCHANGELO

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SABRINA FORONI LEANDRO

CONTADOR 1SP233987/O-5